

«ROMARIA QUE SE PROMETEU CORRENDO TORMENTA, JAMAIS FOI CUMPRIDA NA BONANÇA».

D. Francisco Manuel de Melo

A VOZ DE LOULÉ

SEMANÁRIO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA REGIONALISTA

ANO XXI

26-3-77

(Preço avulso: 5\$00)

N.º 625

Composto e Impresso
«GRÁFICA EDITORA»
Av. João Ferreira da Maia, 20
Telef. 92091 RIO MAIOR

DIRECTOR E PROPRIETÁRIO

José Maria da Piedade Barros

Redacção e Administração:
GRÁFICA LOULETANA

Rua da Carreira
Telef. 6 25 36 LOULÉ

HINO AO ALGARVE

Agora que a Primavera chegou, apetece enaltecer o Algarve, esta terra, de sonho, de poesia e de moiras encantadas que os poetas e povo exaltaram e cuja rara beleza tanto tem sido encarecida pelos escritores.

É chegada a época de saudarmos o Algarve, o seu clima delicioso, o azul do seu céu, o encanto das suas rendilhadas praias. É época também de saudarmos quantos avidamente nos procuram para as suas horas de ócio, para os seus dias de repouso, para os seus meses de tranquilidade sem igual.

É época de dizer aos lisboetas que no Algarve há casas à sombra de árvores, ruas sem automóveis, ar não poluído, autocarros sem bichas, estradas sem filas intermináveis de automóveis.

É época de dizer às pessoas que, nas grandes cidades, passam os dias a correr à procura dum meio de locomoção, que se deixam dormir ao som do eléctrico e acordam com o trânsito automóvel que, aqui, no Algarve, podem deixar-se dormir olhando as estrelas e acordar ouvindo o chilrear das aves que pousam na sua janela aberta.

E que até podem deixar os seus filhos brincar na soleira da porta aberta e sentir aquela tranquilidade reconfortante que dá harmonia à vida e prolonga a existência.

É época de lançar aos ventos cânticos de louvor ao nosso Algarve e é por isso que convidamos os nossos leitores a deliciarem-se com a prosa desse grande escritor que é Miguel Torga, de cuja simpatia para o (continua na pág. 3)



OS BANDALHOS

Os ventos açoitados pelo comunismo internacional, sempre solícito em alimentar fogueiras na fazenda dos outros para evitar que elas se inflamem dentro da sua própria coutada, levaram muita gente «ingénua» a tomar gato por lebre e a tomar posição contra aquilo que, afinal, constituía a defesa dos seus interesses.

Referimo-nos a dirigentes de países respeitáveis e responsáveis que, pelas suas afirmações e pela sua prática, integram o conjunto de valores e interesses a que se convencionou chamar a civilização ocidental. Situam-se no Norte da Europa, civilizada e clorofilinamente saudável.

E era vê-los a render homenagens e apoios aos corajosos combatentes dos movimentos de libertação africanos que, destemidamente, se propunham sacudir o jugo da opressão sanguinária do explorador colonialista. A quem os queria ouvir afirmavam que não podiam deixar de identificar-se com uma luta cujo objectivo final era, qual alvorada cintilante, proporcionar aos povos sacrificados profundas doses de bem estar, de fraternidade, de felicidade enfim!

Naturalmente que, do explorador

colonialista, nem era bom falar. Não servia para o convívio deles, povos civilizados e de mãos lavadas, que se miravam ao espelho várias vezes por dia apenas para confirmarem que a sua imagem permanecia irrepreensivelmente desinfectada. Pareciam, (continua na pág. 3)

FORAM IDENTIFICADOS os assaltantes da ourivesaria Fonseca

Pela PSP de Lisboa foi detido por posse de droga e de arma de fogo um indivíduo de nome Serrano, de 22 anos de idade. Nas confissões surpreendentes que efectuou, este indivíduo confessou ser um dos quadrlheinos que assaltaram uma cadeia de ourivesarias, entre as quais a ourivesaria de Loulé, pertencente a Manuel Guerreiro da Fonseca.

O bando era formado por mais (continua na pág. 7)

A SIMBIOSE MAR-TERRA É UM ATRIBUTO QUE NO ALGARVE ASSUME EXPRESSÃO IMPAR

Espera-se este ano enorme afluência turística

Depois de dois ou três anos de estagnante e ruíndia inactividade, vai agora, ao que se espera, a indústria turística do Algarve conhecer dias promissores de azafrão no período balnear que se aproxima.

São garantias dessa expectativa as copiosas marcações feitas pelas agências estrangeiras para reserva de estadia dos seus clientes.

Sucedem até que as instalações já não chegam para satisfazer a procura

No seminário da OCDE ocorrido recentemente em Lisboa e que congregou a comparecência de 14 países, para tratar da Avaliação de Projectos de Investimentos Públicos, levantaram-se algumas questões de vital im-

portância para o desenvolvimento turístico em Portugal.

O secretário de Estado de Turismo, Luís Filipe Madeira considerou o sector turístico «não nacionalizável, e portanto como totalmente aberto à iniciativa privada», pelo que preconizou «uma acção decidida e firme no sentido de terminar o mais rapidamente» (continua na pág. 3)

O COMÉRCIO PODE ABRIR DAS 8 ÀS 22 HORAS

Os estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços podem estar abertos entre as 8 e as 22 horas de qualquer dos dias da semana, segundo um decreto-lei do Ministério do Comércio e Turismo e (continua na pág. 3)

TENTATIVA (FALHADA) DE ASSALTO A UMA OURIVESARIA LOULETANA

Anda exacerbada a gatunagem por estas bandas, à procura da melhor «fatia».

Decerto, encorajados pelo «sucesso» obtido com o arrombamento da Ourivesaria Fonseca, ocorrido há poucos dias, da qual saquearam o seu recheio avaliado, a preços de origem, em 2.500 con-

(continua na pág. 7)

«MARE NOSTRUM» ou dos outros?

Ainda não foi sancionado pelo mais alto órgão de soberania a ampliação para 200 milhas do mar económico português, medida esta de incalculável significado, que tem por lema a protecção não só dos mananciais piscícolas como também das riquezas subaquáticas.

O assunto mereceu-nos há tempos, uma nótula apreciativa, na qual teve lugar o apreço com que acolhemos tal alvedrio.

No entanto, como acima nos refe-

rimos, embora ainda não se tenha concretizado a sua oficialização, consta que barcos estrangeiros de arrasto não só chegam a destruir as armadilhas de redes de barcos nacionais, como ainda (segundo as mesmas murmuraciones) violam as águas territoriais do nosso país.

Tudo isto concorre afinal para meditar sobre a nossa capacidade realizadora e pelo menos na competência

(continua na pág. 2)

CARTAS AO DIRECTOR

Loulé sem Louletanos

Como apêndice explicativo, informamos que o esclarecimento que a seguir grafamos, da autoria da Comissão de Gestão dos Serviços Médicos-Sociais do Distrito de Faro, se reporta a uma carta de um dos nossos leitores publicada na edição deste jornal de 5 de Maio de 1977!

Ex-mo Senhor Director da «Voz de Loulé»

—Loulé:

Ao abrigo da lei de imprensa vimos pedir que seja publicada no vosso conceituado jornal a nossa resposta, a título de esclarecimento, à carta que vos é dirigida com o título «Loulé sem louletanos».

Em primeiro lugar queremos frisar que em nada os Serviços Médico-Sociais contribuem para que o nú-

mero de louletanos diminua nessa simpática vila.

Reportando-nos ao que o vosso as-

(continua na pág. 2)

O ZÉ ALARMADO:

Aqui Del-Rei-o País está a saque!

(PÁGINA 4)

CARTAS AO DIRECTOR

(Continuação da pág. 1)

sinante diz, que estes serviços só pagam partos ocorridos no Hospital de Faro informamos que isso não corresponde à verdade, porquanto se paga este tipo de assistência a todos os Hospitais do Distrito, com excepção de Loulé e Vila Real de Santo António, porque a estes Estabelecimentos Hospitalares não foi reconhecida idoneidade para a prática da especialidade de Obstetrícia.

Assim, se neste momento o referido Hospital já se encontra preparado com material técnico e humano para efectuar partos, como diz o vosso assinante, será de toda a conveniência que os seus responsáveis requeiram tal reconhecimento às entidades competentes, porque só estas e não nós ou qualquer beneficiário por mais bem intencionado que seja (o que não duvidamos) poderá decidir.

Acrescentamos ainda que sempre que se registam situações deste tipo, estes serviços participam nessas despesas, de acordo com as tabelas consideradas para os Hospitais, desde que os seus beneficiários apresentem a respectiva documentação e se encontrem em pleno uso dos seus direitos, reconhecendo-lhes assim o direito de opção.

Quanto aos restantes assuntos focados na referida carta não será a nós que compete esclarecer.

Com os melhores cumprimentos,
A COMISSÃO DE GESTÃO DOS SERVIÇOS MÉDICO-SOCIAIS DO DISTRITO DE FARO

NOTA DA REDACÇÃO — Registamos com apreço a forma sóbria e polida como a C. G. S. M. S. do Distrito de Faro apresenta a sua exposição.

Em diligências posteriores feitas junto do Hospital de Loulé, confirmamos de que por carência de um corpo clínico de Obstetrícia não lhe é concedida idoneidade pelos competentes Serviços de Saúde. E não só carece de um corpo clínico da especialidade referida como também de estruturas subsidiárias, das quais evidentemente a C. G. S. M. S. não tem a mais leve culpa.

Ficamos sabendo mais: de que os médicos que no Hospital de Loulé prestam serviço (em regime de voluntariado) não auferem a mínima remuneração.

Ora parece-nos que isto não está certo, pois se ali dispõem os seus préstimos é justo que como compensação recebam qualquer subsídio de conformidade com os seus sempre inestimáveis serviços.

Por conseguinte, temos de apelar para as entidades superiores dos Serviços de Saúde, sob a jurisdição dos quais, depende a resolução destes assuntos. Aqui também rogamos providências reiteradas no sentido de prover convenientemente o Hospital de Loulé da especialidade de obstetrícia, posto que no Algarve duas excepções fogem à regra comum, sendo uma delas Loulé. Ora, em virtude da sua densidade populacional muito justificada (de longa data) que de modo algum lhe seja negada a instalação de idónea maternidade, o que pode induzir a pensar-se, caso o ostracismo se prolongue, de que ao Hospital de Loulé é dispensado um tratamento segregativo.

«QUERENÇA CADA DIA MAIS POBRE»

Sob o título em epígrafe escreveu o nosso correspondente uma crónica na edição deste jornal de 5-5-77, sobre Querença.

A título de esclarecimento sobre algumas afirmações ali contidas recebemos do Pároco da Freguesia Rev. P.º João de Jesus Martins, daquela localidade, uma carta que a seguir transcrevemos na íntegra por se nos afigurar de que é credora da devida atenção.

É este o seu teor:
«Ex-mo Sr. Director do Jornal «A Voz de Loulé»

Loulé
Tendo lido o artigo publicado no v.º conceituado jornal do dia 5 do corrente, sob o título «QUERENÇA: CADA DIA MAIS POBRE», e tendo verificado inexactidões de carac-

ter doutrinário e jurídico, permito-me fazer as seguintes observações para esclarecimento da verdade e a que os leitores de «A Voz de Loulé» têm pleno direito:

1. — Em primeiro lugar, o correspondente parte do falso suposto de que, em Querença, estamos em regime colectivista, em que não existe a propriedade particular, quando escreve que «o terreno da paróquia é propriedade exclusiva da freguesia».

Ora a Constituição da República Portuguesa, no artigo 62.º, diz precisamente o contrário: «A todos é garantido o direito à propriedade privada e à sua transmissão em vida ou por morte, nos termos da Constituição».

2. — Também se lê no mesmo artigo que «a Igreja, terrenos anexos... não são exclusivos de ninguém. São pertença da freguesia».

Todavia, o Código Administrativo, no artigo 452.º, estabelece doutrina contrária: «As Associações religiosas administram-se livremente e podem adquirir bens e dispor deles, nos termos por que o podem fazer, segundo a lei civil, as pessoas morais perpétuas».

3. — Também chama sua (da Junta de Freguesia) à aparelhagem sonora comprada pela Paróquia de Querença e que, há dias, o Pároco emprestou à Junta de Freguesia para uma festa cívica. Onde é que está o respeito pela propriedade particular e pelos direitos dos outros? Com que título se julga a Junta de Freguesia dona da aparelhagem sonora? — Nenhum...

4. — Admira-se o correspondente M. P. de a receita das festas religiosas reverter a favor da Igreja!

É isso o que está escrito na Constituição que nos rege, no artigo 41.º n.º 3: «As Igrejas e comunidades religiosas estão separadas do Estado e são livres na sua organização e no exercício das suas funções e do culto». Portanto, não têm de dar satisfações a qualquer entidade civil, Junta de Freguesia ou Câmara Municipal, da maneira como fazem as suas festas religiosas ou como administram os seus bens. No Código Administrativo, quando se trata das atribuições das Juntas de Freguesia, não consta que estejam encarregadas de fazer festas religiosas, nem de administrar os bens das Igrejas.

Em abono da verdade, há que esclarecer que as ex-Juntas de Freguesia não laboravam nas festas da Igreja como membros da Junta, mas sim como membros duma Comissão de Festas.

Somente quando se trata das atribuições das Câmaras Municipais, o Código referido diz que as mesmas podem deliberar sobre a realização de festas populares ou participações nas que forem organizadas por outras entidades, por exemplo, a paróquia de Querença, ou outra paróquia qualquer do concelho de Loulé...

5. — O artigo 8.º da Constituição, no n.º 2, declara vigorar em Portugal a Concordata entre Portugal e a Santa Sé.

Ora a Concordata, no artigo 2.º, diz expressamente: «É garantido à Igreja Católica o livre exercício da sua autoridade: na esfera da sua competência, tem a faculdade de exercer os actos do seu poder de ordem e de jurisdição, sem qualquer impedimento...».

E no artigo 3.º: «A Igreja Católica em Portugal pode organizar-se livremente de harmonia com as normas do Direito Canónico e constituir, por essa forma, associações a que o Estado reconhece personalidade jurídica». É o caso das Fábricas das Igrejas.

E no artigo 4.º: «As Associações ou organizações a que se refere o artigo anterior podem adquirir bens e dispor deles nos termos por que o podem fazer, segundo a legislação vigente, as outras pessoas morais perpétuas e administram-se sob a vigilância e fiscalização da competente Autoridade Eclesiástica...».

E ainda no artigo 5.º: «É reconhecido à Igreja Católica em Portugal a propriedade dos bens que anteriormente lhe pertenciam... como templos, paços episcopais e residências paroquiais com seus passais...».

A face deste artigo, já há muitos anos que a antiga casa paroquial de Querença, que actualmente serve de

sede da Junta de Freguesia, devia ser entregue à Paróquia de Querença, o que não aconteceu até hoje.

6. — Como a freguesia de Querença não é «um reino à parte» no nosso País, espero que também ali sejam cumpridas as leis que nos regem, a começar pela CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA e a terminar pela CONCORDATA.

Só assim haverá, nesta terra de Querença, paz e bom entendimento entre todos, «porque o futuro não se compadece de teimosias, divisionismos ou politiquices», como diz o correspondente de Querença.

Num ambiente de boa harmonia, sem interferências escusadas nas respectivas esfera de acção é que aumentará «a tradicional fé cristã desta freguesia».

São os votos sinceros do Pároco Agradecendo, antecipadamente, a publicação deste esclarecimento, subscrevo-me com os melhores cumprimentos.

Querença, 13 de Maio de 1977.

O Pároco,

P.º João de Jesus Martins

BOLIQUEIME TERRA ESQUECIDA

Tinha eu 17 anos quando nasceu em mim uma grande alegria: a minha terra natal em breve ia ter água!

É verdade. Eu tinha 17 anos quando nasceu em toda a população de Boliqueime essa grande ilusão.

No próximo dia 13 de Maio faço 34 anos e portanto já decorreram precisamente outros 17 anos. Entretanto a grande ilusão que entre nós nasceu nessa altura, quando subemos que a sonda encontrou água nas Benfarras em grande abundância, tornou-se agora numa grande desilusão.

Desilusão porquê? Porque até há pouco tempo muitas vezes ouvimos falar em verbas para o abastecimento de água a Boliqueime e Boliqueime continua sem água. Até se dizia que os senhores responsáveis da nossa Câmara desviavam essas verbas para outros melhoramentos em locais onde esses ditos senhores iam passar as suas férias no verão. Será verdade isto, ou será só verdade que Boliqueime continua sem água?

Agora os actuais senhores responsáveis da nossa Câmara dizem que há verba para o abastecimento de água a Boliqueime mas que não são eles os culpados, porque esta obra já foi adjudicada a uma empresa, a qual, por razões de vária ordem, ainda não começou os trabalhos. Por isso a culpa será precisamente da dita empresa e que a Câmara não tem culpa alguma e que nós temos muita razão.

Ora, nós, habitantes de Boliqueime, como somos pessoas muito simples e acreditamos que a vida haja pessoas bem intencionadas não duvidamos que isso seja verdade, mas é caso para perguntar: — Será que nesta País não haverá mais nenhuma empresa que trate desses trabalhos?

Dizem-nos que temos muita razão, mas isso não é o suficiente, nem pouco mais ou menos, porque nós, donas de casa, não fazemos a comida com a razão. Nós, as donas de casa, não lavamos a roupa com a razão; Nós as donas de casa, não cuidamos da nossa higiene com a razão; Nós mães, não damos banho aos nossos filhos com a razão. Será que nós mães, não teremos o direito de dar banho aos nossos filhos com água corrente e limpa e não na bacia onde muitas das vezes a água se torna imprópria para a higiene dos nossos filhos? Eu aqui faço um apelo a todas as mulheres de Boliqueime: é preciso que digam em voz alta que nós também temos o direito de ter em nossas casas a tão preciosa água que aos grandes senhores nunca faltou.

Oh Boliqueime esquecida: só nas Finanças és lembrada.

Com os meus respeitosos cumprimentos,

Maria José Silva Costa

N. R. — É com simpatia que aqui arquivamos a supracitada carta, a qual defende e reclama a resolução do problema da água do domicílio que afecta Boliqueime há um longo rol de anos, a pontos de se converter na grande «desilusão» das suas boas gentes.

Não deixamos de nos solidarizar com a legítima pretensão exposta, esperando que se demovam prontas diligências junto da empresa adjudicatária no sentido de dar início ao empreendimento, a fim de que o povo de Boliqueime possa contar em breve com essa indispensável melhoria pública. O que já não é sem tempo.

«MARE NOSTRUM» OU DOS OUTROS?

(Continuação da pág. 1)

cia de salvaguarda dos nossos interesses mais próximos e legítimos.

Como (deve pôr-se a questão nestes termos), se agora nós não conseguimos dar cobertura e protecção conveniente às nossas antiquadas frotas pesqueiras, condicionadas pela sua pequena autonomia, iremos depois de proclamado o «MARE NOSTRUM» das 200 milhas, defender a jurisdição que nos compete?

Há aqui qualquer coisa de contraditório e dissonante.

Parece-nos pois que não bastará somente delimitar posições por decreto, mas precaver pelo menos para um futuro não muito afastado, um conjunto de acções que passando pelas exigências imperativas do presente se projectem com eficácia no futuro.

Assim, concreta e realisticamente, não nos interessa possuir no mapa um bem demarcado «Mare Nostrum», com letras bem visíveis e destacadas, se, em contrapartida, dele não tirarmos o mínimo proveito.

Antes ficaremos desapontados porque, não obstante todo o nosso favor, acabamos por saber que outras frotas que não as nossas, andam nas águas que consideramos património próprio, a extrair o que nos pertence.

J. C. VIEGAS

CASA DO ALGARVE

A fim de iniciar as tradicionais actividades culturais da Casa do Algarve, vai realizar-se no dia 27 do presente mês de Maio, pelas 21.30 horas, uma sessão cultural, na qual o jornalista, escritor e académico Dr. Norberto Lopes fará uma evocação de Manuel Teixeira Gomes.

Destina-se este acto comemorativo a assinalar o 117.º aniversário do nascimento desse homem ilustre que foi escritor diplomata e chefe de Estado, e enalteceu como ninguém a paisagem algarvia.

A esta manifestação de apreço por essa grande figura algarvia, cuja realização vem na sequência da ideia de criar na Casa do Algarve o Centro de Arte e Cultura «Teixeira Gomes», assistirá como convidado de honra o Dr. José Manuel Teixeira Gomes Pearce de Azevedo, neto do homenageado, recentemente agraciado com o Oficialato da «Mui Excelente Ordem do Império Britânico (OBE)».

Marecnaria Pintassilgo PLATEX

Contra-placado, aparite com folha, Plutex e aparite, vendem-se em folhas inteiras ou bocados. Folha fina, etc., etc.

Rua Quinta de Betunes (próximo da mina do sal) — LOULÉ.

QUARTEIRA TEM FALTA DE MAIS TÁXIS

Com a aproximação dos dias quentes está aumentando o movimento de turistas na praia de Quarteira e isto vem agravar um problema que já é grave na medida em que prejudica uma terra essencialmente virada ao turismo: a falta de táxis.

Parece que há promessas de solução, mas também parece que há nebulosas situações a travar o desfecho dum problema que se agrava.

Nem todas as pessoas que vão a Quarteira têm automóvel ou possibilidades de utilizar os transportes públicos.

Os táxis ali existentes não chegam para o movimento.

Cada vez que alguém se atreve a viajar nos combóios da noite para Quarteira, tem dificuldade em encontrar outra que não seja fazer a viagem a pé.

Não poderá a Câmara de Loulé dar o pontapé de saída antes que o Verão chegue?

E chamam a isto austeridade?

Garantiram-nos há dias que, a nível do país, estão a gastar-se milhões de contos em trabalhos de remodelação de instalações bancárias.

Em muitos casos trata-se de ampliar instalações para que o trabalho seja mais operacional, mas o que mais choca o atento contribuinte é o luxuoso requinte com que essas obras são acabadas... numa altura em que o país está de tanga e se pedem milhões de contos aos países capitalistas para equilibrar a nossa raquítica economia.

NOTÍCIAS VÁRIAS

A República Federal da Alemanha concedeu asilo a 16 refugiados polacos e estuda os pedidos formulados por outros 10, segundo revelou um alto funcionário do Ministério federal dos Negócios Estrangeiros.

Foram executados sumariamente cerca de setecentos estudantes em Adis Abeba, acusados de terem distribuído panfletos anti-governamentais e de terem manifestado a sua hostilidade perante as autoridades.

Um grupo de investigadores do Instituto Nacional Americano Contra o Cancro acaba de descobrir um método de conservação da medula óssea, o que espera possa vir a proporcionar tratamento químico mais eficaz na luta contra certas formas de cancro.

Mais de trezentas mulheres trabalham nos navios de passageiros das rotas transoceânicas da República Popular da Polónia. Entre representantes do «sexo fraco» há oficiais, radioperadores, cabeleireiras, hospedeiras e cozinheiras. A tripulação do transatlântico «Stefan Bator» possui a sua «mamã de bordo», cujas obrigações se resumem em cuidar dos passageiros da mais tenra idade.

TRESPASSE

Charcutaria, adaptável a snack-Bar, trespasse-se, em ótimo local.

Nesta redacção se informa.

(3-1)

HINO AO ALGARVE OS BANDALHOS

(continuação da pág. 1)

Algarve são vivo testemunho estas suas palavras seguintes:

ALGARVE

O Algarve, para mim, é sempre um dia de férias na pátria. Dentro dele nunca me considero obrigado a nenhum civismo, a nenhuma conge-minação telúrica nem humana. Debruço-me a uma varanda de Alportel, e apetece-me tudo menos ser respon-sável e ético. As coisas de Trás-os-Montes tocam-me muito no cerne para eu poder esquecer a solidaria-dade que devo a quem sofre e a quem sua. E isto repete-se com maior ou menor força no resto de Portugal. Mas, passado o Caldeirão, é como se me tirassem uma carga dos om-bros. Sinto-me livre, aliviado e con-tente; eu que sou a tristeza em pes-soal! A brancura de tudo, a limpeza de tudo e a harmonia dos homens e da paisagem, lavam-me da fuligem que se me agarrara aos ossos, e clari-ficam as convexas encardidas que tra-go no coração. No fundo, e à seme-lhança dos nossos primeiros reis, que se intitulavam senhores de Portugal e dos Algarves, separando prudentemen-te nos seus títulos o que era centrí-peto na Nação do que era centrífugo, não me vejo verdadeiramente dentro do país. Também não me vejo fora dele. Julgo-me numa espécie de limbo da imaginação, onde tudo é fácil, belo e primaveril. A terra não hostiliza os pés, o mar não cansa os ouvidos, o frio não entorpece os membros, e a fruta é doce e sempre à altura da mão. As conves galegas do Minho, que é preciso uma panela de ferro para as cozer, e aquelas uvas de en-forçado, que é preciso uma escada para as apanhar, deram-me sempre a noção trágica duma dureza de vida irremediável. Mas no Algarve a fo-me anda disfarçada, e um poeta tem a sensação de que pode viver do ar. De que não necessita de emprego, nem de casa, nem de família.

Quem tentasse explicar a estes gno-mos felizes as agruras de um homem do Douro a sabitar mosteiros, não obtinha compreensão. Moiros felizes de uma moirama sem areais desertos, vivem da graça que só a varos sítios do mundo a natureza concedeu. Os caminhos não têm abismos, não há fragas estêreis e agressivas, não há neve a não ser a das covolas abertas, e as fainas do mar são tão lídicas como as da terra.

Sentado nas pedras dum velho moinho de vento, com velas brancas sobre os meus ombros como asas dum

anjo tutelar, como poderia eu conti-nuar amarrado a uma experiência de jugo e de arado? Deixo que o tempo deslize imperceptível e rápido pelos meus cabelos, e nem versos faço. Para quê? Poema é toda a página aberta diante de mim, imaculada de sol e de calma. Poema é o facho de clareza que incide sobre as coisas e os se-res, acariciando com a mesma ten-dera inefável o bom e o mau, o pe-recível e o impercível.

Hospedado numa bem-aventurança terrena, a minha obrigação é furti-la discretamente, sem trazer a terreiro a má-criação dos meus pecados velhos. Os guias e os prospectos de turismo bem me empurram — Que não deves de ir ver isto, examinar aquilo, veri-ficar aquilooutro. Mandam-me à praia da Rocha tomar banhos oficiais em Janeiro, recomendam-me o banco de calcário onde o Infante mágico, identificam-me a casa onde nasceu João de Deus.

Vou, mas fico na minha. Em toda a parte é a mesma volúpia que me invade, a mesma beatitude que me possui. Que me importam as pare-des do castelo de Silves pintadas de sangue fiel, as arquiteturas do Mar-quês, em Vila Real de Sasto António, ou os jogos de Olhão? A lição que me interessa não é histórica, nem ar-tística, nem etnográfica. Apaixona-me é a vivência da minha própria felici-dade, num mundo que me recebe na mais discreta e acolhedora simpli-cidade. A política não chegou ali: as guerras não chegaram ali; a litera-tura não chegou ali. E o ritmo das horas não é quebrado pelos solavan-

cos dos jornais e da rádio. Quando as notícias chegam, já é tarde para se lhes acudir. E o esquecimento ar-quiva a desgraça.

Ainda mais acolhedora do que o dia, a noite apaga todas as contradi-ções. E, coberta por um manto de estrelas dum resplendor de festa, a alma, em vez de adormecer como de costume, sonha.

Pela manhã, passada a embriaguez, a razão alarma-se e protesta. É impos-sível que tudo seja tão doirado e per-feito! Há-de por força haver uma re-alidade mais dura por detrás do biom-bo! Os sentidos mentiram. Deixaram-se perder na calmaria.

Mas, um minuto depois, também ela foi conquistada. Uma onda de luz envolveu todo aquele cepticismo num abraço de amor, e a bebedeira reco-meçou.

Não, eu não consigo ver o Algar-ve senão como a miragem dum céu deste mundo, sem nenhum dos ata-vios que aviltam a condição dum céu. A ideia que tenho dum paraíso ter-restre, onde a inocência seja a na-turalidade em pureza, vem-me dali. Casas cujos telhados não sejam nem de colmo nem de lousa, mas açoteias da barém, para um amor livre e espontâneo ao luar. Gente que não se cubre de croças nem de pelicos, mas ponha a sombra preguiçosa dum guarda-sol sobre a quentura do corpo. E figureiras pequeninas, anãs, sem to-co, onde nenhum Judas se possa en-forçar de remorsos. Um paraíso em que a maceração cristã entre da ma-neira nenhuma

MIGUEL TORGA

PRECONIZADA A DESINTERVENÇÃO NO SECTOR DO TURISMO

(continuação da pág. 1)

mente possível com as intervenções do Estado nas empresas turísticas». Durante o seminário referido fo-ram abordados «os problemas mi-cro-económicos» e revista a «viabili-dade e experiência práticas tidas quanto à metodologia e interligação dos vários sectores e a formação su-perior de um quadro, através do qual se possa tomar decisões numa base de compromisso».

Pelo secretário de Estado de Tu-rismo foram também apontadas as de-terminantes que reforçam «a expecta-tiva de uma forte recuperação, desig-nadamente, a manutenção do clima

de estabilidade social, uma pondera-da política laboral no sector, a intensi-ficação e coordenação dos esforços promocionais efectuados pelo Estado e organismos privados, a captação de correntes turísticas utilizando canais de distribuição não tradicionais e, ainda, uma política de diversificação do produto e consequente estudo e acção a nível dos mercados emisso-res».

No que concerne à não nacionali-zação e à manutenção da iniciativa privada no campo turístico, há que aludir à grande complementaridade dos respectivos sectores que conveni-entamente articulam devido à efi-ciência especialização gestoras, em função da potencialidade e conjun-turas de mercado turístico de tipo sa-zonal, que requerem por parte dos seus promotores ampla capacidade or-ganizadora.

Agora, que já se vai sabendo al-guma coisa acerca de «trabalho das Comissões de Trabalhadores, com-preende-se porque recusam o «regres-so dos patrões», pois é natural que receiem prestar contas das existências «que ficaram».

Sabe-se que, em algumas unidades hoteleiras, até «desapareceram» es-quentadores novos.

E isto sem falar de talheres, toa-lhas, lençóis, etc., etc., etc.

ARMAZÉM

Situado próximo do Mer-cado, com cerca de 100 m2, aluga-se. Informa António João, Largo da Matriz, 23 — LOULÉ.

PROPRIEDADE

Vende-se uma proprieda-de, com terra de semear, árvores de fruta e arvored-do da região, no sítio do Concelho.

Tem casa de habitação, água, dependências agricolas e 3 armazéns.

Tratar com Rogério Se-mião Gonçalves — Telef. 65345 — QUARTEIRA.

(continuação da pág. 1)

com efeito pessoas coerentes. Contac-tos com eles, só os indispensáveis para lhes impingirem os seus bens de equipamento, na verdade de apurada tecnologia.

O que eram os corajosos guerrilhei-ros, sabemo-lo nós, portugueses. Um bando de pobres diábolos obedecendo cegamente à batuta dos mestres do Kremlin e que, de olhos postos nas pastas, nos postos e nas postas com que lhes acenavam, não hesitavam em abafar em sangue os seus irmãos que, menos ambiciosos mas mais sen-satos, teimavam em não escutar os maviços cantos da sereia.

O que eram os exploradores colo-nialistas, sabemo-lo nós, portugueses. Gente essencialmente trabalhadora, capaz de criar formas de convívio que mais nenhum povo soube imitar e, se se obstinava em lutar pela preser-vação do seu património, nada mais fazia do que acompanhar a firme po-sição assumida por poderosas potên-cias mundiais que avaramente man-têm a sua soberania sobre territórios que consideram muito seus, como é o caso da Estónia, da Moldávia, da Letónia, da Carélia, da Lituânia, da Ilha Sakalina, do Alaska, das Ilhas Hawaii...

Que este espírito de intransigente defesa do património territorial ain-da está bem vivo, prova-o a abnegada solicitude para com os Açores e a Madeira.

O que é a felicidade dos povos africanos, hoje finalmente libertados, sabem-no bem os que saboreiam a de-liciosa jacência nos campo de recupe-ração. Sabem-no os familiares dos mi-lhares friamente eliminados. Sabem-no todos aqueles que vivem no per-manente sobressalto de verem os seus mais íntimos pensamentos adivinha-dos pelos atentos e dedicados agentes da DISA e da SNASP. Sabem-no os infelizes que diariamente desembar-

O COMÉRCIO PODE ABRIR DAS 8 ÀS 22 HORAS

(continuação da pág. 1)

do Trabalho, publicado no «Diário da República».

O documento legislativo determina ainda que os cafés, cervejarias, ca-sas de chá, restaurantes e congêneres poderão funcionar até às 2 horas e os clubes, casas de fado e estabele-cimentos análogos até às 4 horas.

A duração semanal e diária do tra-balho estabelecida na lei, contrato ou instrumento de regulamentação colec-tiva será observada, também de acor-do com o diploma que atribui às Câ-maras Municipais ouvidas as Asso-ciações de trabalhadores, de consumi-dores e patronais e os referidos Mi-nistérios, à fixação do período de abertura para cada um dos ramos de actividade, a vigorar em todos as épocas determinadas, com possibilidade de diversificação.

cam em Lisboa marcados com o fer-

rete de vendedores de nacionalidades. Tudo isto é do conhecimento da-queles intrépidos defensores dos Di-reitos Humanos que não queriam manchar as suas estreitando as mãos de colonialistas malvados.

Sendo assim, como compreender o alvoroço com que se apressaram a receber esse êmulo de Hitler que dá pelo nome de Samora Moisés Machel? Também o consideram de mãos lava-das? Estarão empenhados em impor-tar as suas práticas democráticas? Ain-da se instituíram denodados defenso-res dos Direitos Humanos? Onde está a sua (deles) coerência?

Os do Kremlin, pelo menos conti-nuam iguais a si próprios. Fazem-do alarde de que não ignoram o sen-timento da gratidão, acabam de atribuir ao capataz do arquipélago de Moçambique o prémio Lenine da Paz.

Mas os outros, os tais do Norte da Europa, de afiandras maneiras e de intransigente militância em prol dos Direitos Humanos, como expli-cam agora a sua posição? Que valo-res é que eles defendem, afinal?

Deve haver outra razão mas, para já, uma explicação se impõe. Aban-dalham-se.

Bandalhos!

F. REBELLO

ESPERA-SE ESTE ANO

ENORME AFLUÊNCIA

TURÍSTICA

(continuação da pág. 1)

aluguer de imóveis particulares para suprir a carência de acomodações.

Ao que parece, se isto se tornar viável não será inédito pois no es-trangeiro é usual este procedimento, que respondendo às solicitações do momento, permite à indústria hote-leira um acréscimo dos seus negó-cios.

Sabemos muito bem que esta al-ternativa se não é procedente para certas organizações, por diversos mo-tivos, é-o para outras dada a sua lo-calização e proximidades a imóveis susceptíveis de adaptação a aloja-mento.

Cremos portanto que de qualquer modo não se perderá nada em sope-sar o assunto com a devida antece-dência para que em última instância não impere a improvisação, com al-gumas consequências embaraçosas ou contraproducentes à mistura.

Prever, mas prever com senso prá-tico e realista também faz parte de uma boa gestão empresarial.

Consta-nos que já há contactos en-tre hotéis e particulares que estariam dispostos a ceder quantos para su-perar o excesso de pedidos de marca-ções que estão a afluir ao Algarve.

Esses quartos seriam alugados através e sob responsabilidade dos ho-téis.



Armelim Contreiras & Gonçalves, Lda.

STAND DE AUTOMÓVEIS
Compra, Vende e Troca Automóveis
novos e usados

Resid.: Rua dos Combatentes da
G. Guerra, N.º 14-1.º Esq.º
Telef. 62919
Stand: Rua Diogo Lobo Pereira

(Largo do Chafariz)
Campina de Cima
LOULÉ

APARTAMENTOS



Vendem-se com 3 e 4 assoalhadas de luxo, Bloco em construção na Urbanização Expansão Sul, lote B (saída par Faro).

MANUEL RICARDO M. DA SILVA & C.ª LDA.
— Construção de edifícios para venda em propriedade horizontal.

Escritório e residência na R. dos Combatentes da Grande Guerra, 56 — Telef. 62449 — LOULÉ.



CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

AVISO

A CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS comunica a to-dos os seus clientes e público em geral que, desde o dia 2 de Maio e durante o período necessário às obras de remodelação do antigo edifício, as suas instalações em Loulé passam a funcionar, a título provisório, na Avenida José da Costa Mealha, n.º 91.

O ZÉ ALARMADO:

Aqui Del-Rei o País está a saque!

Estejam tranquilos os senhores deputados, o Zé não os vai assustar com a denúncia de irregularidades administrativas, posto que nem sequer isso está em causa.

Não senhores, isto não está em questão, portanto podem acomodarse placidamente nas suas cadeiras de espaldar, e descontraidamente, a arquitectar as ofensivas políticas pela predominância do seu partido, com todas as suas minúcias. Não há que preocupar com a máquina burocrática cujo senão se situa noutro capítulo já muito consabido: a de funcionar angustiosamente.

Não é intenção do Zé, claro está, assustar alguém, seja quem for.

Contudo, o Zé é que está assustado... E bem, pelo rumo que os assaltos à mão armada estão a tomar.

Pelos vistos não há hoje em dia estabelecimento bancário, repartição pública, ourivesaria, que se encontre livre de ser saqueada num abrir e fechar de olhos.

A moda pegou. E como qualquer outra moda, menos hostil e muito mais complacente, vai criando os seus ajans, que passam então às vias de facto, para prejuízo da fazenda pública e privada.

O Zé que já tem sofrido críticas severas devido a certas «acurridões», coisas que lhe vêm por herança de um passado absolutista, expõe-se agora

a renovadas censuras por sonhar alto com as cidadelas e baluartes que cingiam os burgos de antanho.

Sente naturalmente algum receio por invocar aqui os velhos burgos...

Não vá alguém confundir «albos com bugalhos» e lhe chame a ele, Zé Povinho, burguês de ideias tacanhas.

Qual burguês qual nada... O Zé sabe bem que o tempo já não volta atrás, e que o rouqueiro burgo só existe na sua melancólica imaginação ou nas lendas encantadas que já nem a precocidade das crianças acredita.

Pois, é verdade, não deixa de se lembrar deles com laivos de nostalgia e de lhes atribuir certas virtudes até.

Tem por certo que, por exemplo, seria rematada folia cometerem-se assaltos intramuros, pois na fuga os assaltados dariam com o nariz nas portas fechadas da cidadela, o que lhes baveria de custar muito caro com contas ajustadas sumariamente no pelourinho da praça pública.

E assim o Zé deplora (descontem-lhe o seu sentimentalismo pires) que as «cidades abertas» de hoje não dispõem das muralhas protectoras de ontem, tanto mais que os inimigos de outrora, que montavam em corceis rápidos e se revestiam de couros de malha, aparecem hoje de automóvel e de «G-3» ou de outra sucata intimidante em punho para esvasiar os cofres dos pacíficos cidadãos.

Mudaram-se os tempos, mas não o «homem lobo... do homem».

Há apenas de diferença o verniz com que estão camuflados, permanecendo tão vilões como os seus avoengos feudais.

É precisamente porque o Zé observa a impunidade de que gozam e a incapacidade das autoridades para lhes deitar a luva, que faz um apelo à justiça antiga e exclama, a plenos pulmões:

«Aqui del-Rei o país está a saque!»

O ZÉ NINGUÉM

Celebração

das Bodas de Diamante da Biblioteca Municipal de Faro

Para celebração do transcurso do 75.º aniversário da fundação da Biblioteca Municipal de Faro realizou-se no passado dia 7 uma sessão solene na Câmara Municipal da referida cidade, presidida pelo governador civil do distrito, dr. Júlio Carrapato. Durante o acto usaram da palavra o presidente da Câmara e o orador convidado, prof. Joaquim Magalhães.

Seguiu-se depois a inauguração de uma exposição de obras relacionadas com João de Deus, patrono da biblioteca e ainda exemplares raros de bibliografia dos séculos XV (incunablos), XVI, XVII e XVIII.

A compilação do catálogo da exposição deve-se ao prof. Pinheiro e Rosa, o qual foi prefaciado pelo prof. José Pedro Machado.

Comportamento algarvio na XV Taça Escolar Internacional e II Concurso Internacional Juventude e Segurança Rodoviária

Estes dois certames, XV Taça Escolar Internacional (bicicleta a pedais) e II Concurso Internacional da Juventude e Segurança Rodoviária (motorizado), realizaram-se no passado dia 14 em Lisboa, os quais agregaram provas teóricas e práticas (nas motorizadas incluiu moto-cross) que se cingiram a regras de trânsito, circulação e sinalização.

Concorreram às provas todos os distritos do país e ilhas adjacentes, que se fizeram representar por elementos juvenis.

Depois do concurso efectuado, ficaram apurados 4 concorrentes: 1.º de Castelo Branco, 2.º de Lisboa, 3.º de Faro (pertencente à Escola de Loulé, António Sérgio Costa Brito da Mana, de 13 anos), e 4.º de Leiria.

No II Concurso, foram apurados 2 concorrentes: 1.º de Coimbra e 2.º de Faro, também pertencente à Escola de Loulé, (Luís Filipe Ribeiro de Sousa, de 16 anos).

Os prémios atribuídos aos contemplados, dão direito à deslocação a Bruxelas no próximo dia 24 nos transportes da TAP.

No decurso destes dias que antecedem a deslocação a Bruxelas os vencedores assinalados ficam em estígio em Lisboa.

Em Bruxelas a representação portuguesa confrontará ao âmbito internacional nas mesmas modalidades.

A organização deste interessante e formativo despique esteve a cargo da Prevenção Rodoviária Portuguesa, sediada em Lisboa, a qual se encarrega das despesas do transporte e estadia.

O Centro de Estágio, onde os jovens concorrentes têm permanecido, localiza-se na Cruz Quebrada.

As provas teóricas tiveram lugar no Centro de Estágio e as provas práticas na cidade Universitária de Lisboa.

ACTUAÇÃO DA GUARDA FISCAL DURANTE O 1.º TRIMESTRE DE 1977

20 MIL CONTOS DE VIATURAS E NOVE MIL CONTOS DE TABACOS...

— Total das apreensões efectuadas

Da nota enviada aos órgãos da comunicação social, pelo Ministério das Finanças, sobre a actuação da G. F. durante o 1.º trimestre de 1977, salienta-se o seguinte:

NO CAPÍTULO DAS MERCADORIAS, o valor alcançado no trimestre é de 44 013 744\$00 e é o mais elevado até hoje conseguido. É de notar que este valor é aproximadamente de 57% do alcançado no total do ano de 1976. O facto deve-se à acção persistente contra o tráfico ilegal de viaturas, que, só por si atingiu o montante de 20 526 417\$00.

Foram ainda apreendidas vultosas quantidades de tabaco estrangeiro no montante de 9 000 000\$00.

EM MATÉRIA DE DIVISAS E OUTROS VALORES, a colaboração da G. F. permitiu a obtenção de nível bastante superior à média do atingido em 1976, por trimestre que foi de 580 contos, para o conseguido neste trimestre, 1 700 contos.

NO SECTOR DE CONTROLO DE PASSAGEIROS, este passou de 818 332 — durante o primeiro trimestre de 1976 — para 961 958 durante igual período de 1977, sendo particularmente acentuada no caso dos estrangeiros que, subiram cerca de 10 000.

Prorrogação isenção de porte postal pago para os jornais

Foi prorrogada, até fim de Julho deste ano, a autorização aos jornais de Informação de usufruírem do porte postal pago, nos envios para os seus assinantes que habitam em território português.

Idêntica autorização tinha sido dada até finais de Abril, poucos dias depois do célebre discurso televisivo de Manuel Alegre, em 6 de Fevereiro ao tempo secretário de Estado da Comunicação Social, em que tanto se prometeu à imprensa e pouco ou nada se cumpriu (foi nessa altura, aliás, que se acabou com o porte pago para os jornais enviados aos assinantes no estrangeiro, em flagrante contraste com o prometido por Manuel Alegre que acentuava ser a isenção do porte pago de grande benefício para os emigrantes portugueses).

Quanto ao porte pago para Portugal, a autorização tem sido dada por curtos períodos de tempo — muito embora sempre renovados —, o que impede os jornais de definir os custos das assinaturas a médio e longo prazo.

De acordo com fontes muito próximas do Governo, estará, no entanto, para breve a publicação de um decreto-lei que regulariza definitivamente, e tal como tem sido insistentemente pedido pelas Associações da Imprensa Não-Diária e Diária, o problema do porte pago.

(De «O Expresso»)

Visita de jornalistas espanhóis ao Algarve

De visita ao Algarve, para observar a realidade turística da região, esteve entre nós, um importante grupo de jornalistas espanhóis, representantes dos principais meios de comunicação de Espanha.

Trata-se do primeiro grupo de jornalistas espanhóis em visita a Portugal, organizada pelo Centro de Turismo de Portugal em Espanha, que contou com a colaboração da Comissão Regional de Turismo do Algarve e de várias organizações turísticas da província.

A visita corresponde a um momento em que se verifica uma nítida tendência crescente do turismo espanhol para o nosso País, como ainda recentemente aconteceu com a «invasão» durante a Semana Santa. Existem várias indicações segundo as quais se concretiza um grande interesse dos espanhóis por Portugal como destino turístico.

Os jornalistas visitantes tiveram que regressar antecipadamente a Lisboa para serem recebidos pelo Presidente da República de Portugal, General Ramalho Eanes, numa demonstração do interesse que lhe merecem os representantes dos meios de comunicação espanhola, a poucas semanas da sua visita a Madrid e quando as relações entre as duas nações entraram em projectos mais efectivos, em que o turismo português pode colher grandes benefícios.

Projecta-se a curto prazo uma nova visita para observação dos locais desta feita não contemplados.

CRÓNICA DE SALIR

Prosseguem com boa cadência os trabalhos de montagem da linha de alta tensão que parte de Salir para fornecimento de energia eléctrica à aldeia do Ameixial e Corte João Marques.

Todo o traçado atravessa uma vasta zona serrana, onde ao longo do mesmo existem diversos aglomerados populacionais tais como: Freixo Seco, Vale, Serro, Algodua, Portela do Pé d'Erva, Barrigões Vermelhos, Chimeiro, Medronheira, Azinhal dos Mouros, existindo ainda nas proximidades mais os seguintes: Sobreira, Cra-

vais, Eguas, Malhão, Cabaça, Sarnadinha, Califórnia e Corte d'Ouro.

A maior parte destes lugares ainda não chegou sombra de progresso pois nem sequer dispõem de uma estrada macadamizada por onde se possa transitar tanto para aquisição dos produtos que necessitam como no escoamento dos que produzem. Apenas se servem de umas quase intransitáveis carreiras em parte feitas à sua custa. Os seus habitantes só pelo muito amor que dedicam ao lugar onde nasceram, ali se conservam.

Agora ao verem passar por ali a linha eléctrica, desejam que esta lhes forneça a luz que necessitam, melhoramento que há muito aspiram.

São populações que vivem do árduo trabalho do campo, não usufruindo do seu esforço quotidiano a compensação de uma comodidade a nível dos que habitam em vilas e cidades. É justo que o seu anseio seja atendido, para ali continuarem no seu labor desenvolvendo a agricultura e pecuária tão necessárias à economia nacional.

Há muito que se fala na construção de uma estrada entre Salir e Almodovar. Uma vez construída esta via, além de encurtar o percurso entre Lisboa e Faro, evitava a tormentosa estrada das curvas e contra-curvas, facilitando a vida às populações que vivem no interior desta serra, podendo assim ampliar a sua actividade. — C.

CARRINHO DE BEBÉ

VENDE-SE

Marca «Sobrinca», em bom estado. Nesta redacção se informa.

EXPRESSO O ALGARVE

Viagens directas em Autocarros Pullman

LISBOA - ALGARVE - LISBOA

Serviços Diários nos dois Sentidos

	Part.	Cheg.	
LISBOA	18.00	11.45	PARA INFORMAÇÕES E RESERVAS
SETÚBAL	18.53	10.52	
ALGARVE			LISBOA
• Albufeira	22.55	6.50	R. N. (CEP-09)
• Armação de Pera	22.57	6.48	Av. Santos Dumond, 57
• Portimão	23.25	6.20	(À Praça de Espanha)
• Praia da Rocha	23.30	6.15	Tel. 775245-768954
• Alvor-Torralta	23.35	6.10	CLARAS TURISMO
• Vila Moura	22.59	6.47	Av. Fontes Pereira de Melo, 33
• Quarteira	23.05	6.42	Tel. 563451
• Loulé	23.25	6.15	SETÚBAL
FARO	23.30	6.15	Estação R. N. - Tel 25051
• Ligações directas por antenna em Ferreiras			ALGARVE
• Ligações directas em 4 estradas			Estações R. N.

ORGANIZAÇÃO DA
R.N.
CEP-09

QUER GANHAR 50.000\$00 POR MÊS?

BASTA-LHE A VONTADE DE TRABALHAR, SER SÉRIO, EMPREENDEDOR E SENTIDO COMERCIAL, DEVE POSSUIR VIATURA PRÓPRIA E DISPOR DE 20.000\$00 PARA INÍCIO DA ACTIVIDADE.

Dirija-se à avenida 5 de Outubro n.º 50 - r/c Esq.º

FARO

OH PÁTRIA MINHA QUE NÃO TE QUERO PERDIDA!

Quanto e quanto, desejaram transformar-te numa simples colónia estrangeira... Mas a coragem dos teus queridos filhos, aprendizes de Aljubarrota e com a audácia de D. Nuno, ajudou-te a vencer quantos pretendiam impor-te uma falsa bandeira, um novo hino e conduzir-te a uma terra queimada. Não há dúvida que a robustez dos teus patrícios está na boa educação que lhes deste, e o amor que te dedicam é tão forte e coeso, que a malvez dos vendepátrias não triunfará jamais, nem fará de ti uma mãe autoritária, egoísta e subordinada aos desejos de uma feiticeira qualquer, que só age mediante os conselhos dos seus cães-polícias.

Quanto e quanto quiseram substituir a tua orla marítima, por uma sementeira de armas, onde o ar impuro da guerra servisse de pretexto para dar-te mais fome, mais servidão. Chamaram-te nomes, cuspiram-te na cara e deram-te como oferta alguns filhos ilegítimos que vieram partilhar o leite dos teus verdadeiros bebés. A tua boa-fé, o teu saber perdoar, de nada serviram para que muitos continuem a gritar que tu és fascista, que a tua história de oito séculos é reacção e cheia de homens maus. Efectivamente sempre tens tido nos teus braços homens maus, que te beijam como Judas e que te crucificam como Pilatos. Deus deu-te a virtude de poderes ressuscitar, mas a irresponsabilidade, a demagogia, o oportunismo, que encontras pela frente têm de ser banidos totalmente, para que possas construir um novo e mais promissor futuro para os teus. Foste invadida por estranhos que pretenderam fazer de ti um campo de concentração, em troca de meia dúzia de rublos. Contudo tiveste a sorte de impedir que eles te matassem. As amendoieiras em flor, as lindas praias do sul, os campos do in-

terior, não podiam servir de palco de execuções arbitrárias dos teus bons moços pela tirania internacional, porque tu serás sempre: PORTUGAL DOS PORTUGUESES!

Sabes perfeitamente que ainda corres perigo. Não falta por aí quem te odeie ferozmente e que roube o teu dinheiro, queime as tuas searas e assalte os bolsos rotos dos teus meninos, que não vão sossegados para a escola. É verdade que as autoridades afirmam diariamente que existem graves problemas, mas a sua resolução é tardia e ineficaz. Algum dinheiro arranjado pelos teus impulsioneiros é guardado com a máxima cautela; não vão os salimbanco apanhá-lo e comprar armas para a Revolução. Os teus poucos postos de trabalho são «multinacionais» de prejuízo, autênticas sedes de partido, onde o vanguardismo ateu devora as esmolas que o teu governador vai pedinchar ao mundo capitalista, ao mundo fascista, ao mundo explorador. Os que gritam todos os dias que têm fome, são precisamente os que vão aos campos buscar o pão, destinado aos teus filhos mais sacrificados, mais humanos; os que te amam verdadeiramente! É necessário e urgente que vivas muitos anos e que saibas recompensar aqueles que mais choram por ti.

Tens de esquecer os que te maltratam, os que não querem trabalhar, os que te espezinham, e ouvir os que se sacrificam por ti, os que produzem, os que sofrem no corpo as chagas do pseudo-revolucionarismo. Quero-te de olhos bem abertos e com um sorriso nos lábios, para que os autênticos Portugueses tenham orgulho de ti.

Ditosa pátria, não te quero perdida nem saqueada, por bárbaros das estepes geladas do Leste!

LUÍS PEREIRA

Contrições e ponderações de um capitão do 25 de Abril

«Prosseguimos a transcrição do teor da carta subscrita pelo capitão de infantaria Armando Marques Ramos, um dos capitães de Abril, na qual sobressai o seu desalento e frustração pelo rumo que a Revolução dos Cravos acabou por enveredar.

Dada a sua extensão este jornal recorreu a duas inscrições, encerrando com a vertente a reprodução integral da referida carta:

«É esta a nossa história recente, a tua, a minha, capitão do 25 de Abril. Por isso amarguradamente te escrevo, a ti que sonhas-te um 25 de Abril diferente.

Dirijo-me, enfim, a todos os que foram vencidos pelos militares políticos, que foram empurrados para armadilhas e envolvidos em cabelas congeminações, tantas vezes, não em Lisboa, mas em Moscovo.

Propusemo-nos vencer a miséria e a fome, combater o analfabetismo, acudir à doença, proteger a velhice, criar condições de vida digna. Mas o céu escureceu com a praga dos novos gafanhotos, ambiciosos, insaciáveis, oportunistas, recalçados, incompetentes, ladrões, traidores, desertores, que se vestiram de políticos e desfizeram o sonho que foi teu e meu. Os valores inverteram-se, os incompetentes substituíram os capazes, os que eram cobardes são ditadores, os ladrões passam a heróis, os desertores são feitos ministros.

Tudo isto na vertigem que as técnicas de Ponomarev, aperfeiçoando a herança de Goebbels, tornaram possível.

Propusemo-nos não fazer grandes reformas de fundo, deixando-

-as a uma Assembleia Constituinte, mas assistimos a uma descolónização que mais pareceu fuga e demissão, a uma reforma agrária e a um plano de nacionalizações que legitimaram confusamente o roubo puro e simples, com os resultados que estão à vista de todos.

Quisemos criar sociedades onde a paz fosse possível, e o progresso e o bem-estar coisas concretas, mas tivemos de assistir ao terror e às mortes, mais numerosas do que em treze anos de guerra!

Queríamos curar vícios da nossa sociedade, e vimos potenciar a prostituição, proliferar a droga, banalizar-se o assalto à mão-armada, generalizar-se a corrupção, vulgarizar-se a mentira.

Queríamos dignificar a ordem jurídica, mas vimos serem ditadas normas retroactivas, prender, sem culpa formada, até alguns dos mais puros oficiais do 25 de Abril. Vimos, mesmo, pedir o seu fuzilamento.

Queríamos extinguir os tribunais especiais, mas vimos nascer tribunais revolucionários e os tribunais ditos «populares».

Queríamos regressar a quartéis logo que a Assembleia Legislativa e o Presidente da República fossem eleitos, mas assistimos às manobras que deram continuidade ao Conselho da Revolução.

Queríamos restituir a soberania ao Povo, e vimos-lo forçado a aceitar a plataforma constitucional.

Queríamos criar uma sociedade democrática, mas assistimos a uma «dinamização cultural» e a uma estratégia económica e política orientadas para uma nova forma de totalitarismo, chegando finalmente ao ponto em que alguns dos «resistentes» contra o gongalvismo estão ameaçados de condenação e de prisão. Não será também de considerar a sua acção como uma forma de resistência democrática contra o totalitarismo e a ocupação estrangeira? Não será absurda, na democracia que queremos viver, a possibilidade de condenar e prender homens que, para escaparem à

morte, voaram para Espanha de helicóptero, «cometendo» um furto de uso, quando doze helicópteros foram destruídos à bomba por outros homens que impunemente vivem entre nós, como heróis, ocupando hoje um deles, para vexame do funcionalismo público, um lugar equiparado ao de director-geral?»

«Por fim, camarada militar, capitão do 25 de Abril, quero dizer-te que não celebro esta data, porque este não é o meu, nem o teu 25 de Abril. Nem o dos Portugueses.

Quero meditar, quero enxugar as lágrimas, quero, com Fernando Pessoa, «continuar fiel à palavra dada e à ideia tida».

Perante o incensar infrene das multidões, nas aras da demagogia, o que te resta a ti e a mim, capitães de Abril?!

O Altar da Pátria.

E que Deus nos ajude».

Armando Marques Ramos
(capitão de Infantaria)

FALECIMENTO

Faleceu em Faro no passado dia 29 de Abril, acometida de doença súbita, a nossa conterrânea sr.^a D. Maria Alice Cabeçadas Netto, que contava 65 anos e deixou viúvo o sr. Artur José Aguedo Netto. A saudosa extinta, geralmente estimada pelas suas excelentes qualidades, era filha de D. Alice Pacheco Cabeçadas e do capitão João Mendes Cabeçadas, ambos já falecidos. Era mãe das sr.^{as} Dr.^a D. Maria Luísa Cabeçadas Netto Marques da Silva, D. Maria Margarida Cabeçadas Netto Roque Clara e D. Maria Isabel Cabeçadas Netto Moreira e sogra dos srs. eng.^{os} comandante Manuel José Marques da Silva, António Abel Roque Clara e dr. Carlos Moreira.

À família enlutada endereçamos os nossos pêsames.

JUNTA NACIONAL DOS PRODUTOS PECUÁRIOS

ANÚNCIO

A TODOS OS SUINICULTORES DO PAÍS

NO SENTIDO DE FACULTAR A JUNTA NACIONAL DOS PRODUTOS PECUÁRIOS OS ELEMENTOS QUE LHE PERMITAM ESTABELECEM CONDIÇÕES MAIS ADEQUADAS PARA FUTURAS INTERVENÇÕES NO ABASTECIMENTO DE CARNE DE PORCO SOLICITA-SE A TODOS OS SUINICULTORES QUE APRESENTEM, COM A MAIOR URGÊNCIA, DADOS INFORMATIVOS SOBRE AS SUAS EXPLORAÇÕES (LOCALIZAÇÃO, TIPO DE EXPLORAÇÃO, NÚMERO E TIPO DE SUINOS). PARA ESSE EFEITO, ESSAS INFORMAÇÕES DEVERÃO SER PRESTADAS NAS ASSOCIAÇÕES DE SUINICULTORES, NAS DELEGAÇÕES E SUBDELEGAÇÕES REGIONAIS DA J.N.P.P. E NA AV.^a DUQUE DE LOULÉ, 97-4.^o — LISBOA.

SIDIBEL

SOCIEDADE IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS, LDA.

Rua General Teófilo da Trindade, n.^o 34-B — FARO
WHISKY'S — GINS — VODKAS — LICORES DE WHISKY

A maior gama de marcas de bebidas estrangeiras em Portugal

PREÇOS SEM CONCORRÊNCIA

DISTRIBUIDORES PARA O SUL DO PAÍS DA INTERNACIONAL BOTTLERS, LDA.

«Nova emigração» vista por Adriano Moreira

Saindo de um longo mutismo a que voluntária e deliberadamente se encerrou (excepção feita à recente edição do seu livro «O Novíssimo Príncipe»), Adriano Moreira, numa entrevista concedida à revista «Pessoa», expôs um determinado número de considerandos, nos quais transparecem não só o conhecimento profundo das correntes que regem as comunidades de cultura portuguesa como inclusivamente a sua capacidade de análise crítica dos problemas emigratórios que se prendem com a conjuntura político-social de mais fresca cepa.

Debruçando-se sobre o problema suscitado com a saída de técnicos expulsos pelo governo revolucionário, Adriano Moreira acentuou:

«Tais quadros não foram expulsos por incompatibilidades políticas, visto que a maior parte não tinha actividade nesse domínio. Do que se tratou realmente foi da aplicação do conceito marxista que entende que a revolução não deve apenas ocupar o poder; deve também dismantlar o aparelho do Estado e dismantlar as estruturas das instituições predominantes da vida privada (Universidade, banca, indústria, comércio, informação) para as substituir por quadros formados na ideologia que ocupa o poder e que só assim poderão assegurar uma execução coerente e fiel das novas orientações».

B a concluir, referindo-se ao abastecimento vertical da qualidade em todos os domínios, e à estranheza quanto à falta de uma reparação aos danos provocados ao interesse nacional:

«Até hoje, a única iniciativa conhecida foi a do convite geral que o Primeiro-Ministro fez no Brasil para que os portugueses expulsos regressem. Mas é evidente que isto representa muito pouco: o grande trabalho de governo será repor as condições da reintegração desses técnicos na vida portuguesa, e pior do que estamos nos encontrarmos se todos voltassem antes disso».



- isolamentos e protecções • pavimentos
- impermeabilizações • enxertos e podas
- coberturas

um produto que dura e faz durar!

DISTRIBUIDORES PARA O ALGARVE

JOSÉ GUERREIRO NETO & FILHO Lda

Rua Padre António Vieira LOULÉ tel. 62283

JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

1.º Cartório

Notário: *Licenciado Nuno António da Rosa Pereira da Silva*

Certifico, para efeitos de publicação, que neste Cartório e no livro de notas para escrituras diversas, n.º B-93, de fls. 136 v.º a 143, se encontra exarada uma escritura de justificação notarial, outorgada hoje, na qual José Nepomuceno Mendonça Móra Féria, casado segundo o regime de separação de bens, com Maria de Lourdes Pereira de Móra Féria ou só Maria de Lourdes Pereira, residente na vila, freguesia e concelho de São Brás de Alportel, declarou o seguinte:

1. — Que é dono e legítimo possuidor, com exclusão de outrem, dos seguintes prédios todos situados no Morgado de Apra, freguesia de São Clemente, concelho de Loulé.

Número um — Rústico, constituído por terra de semear e barrocal, com árvores, com vários caminhos, com a área de seiscentos e quarenta e três mil trezentos e sessenta metros quadrados, confrontando do norte com Manuel Joaquim Eusébio, António Louro e António Nunes, do nascente com Maria Clara Pinto, filhos e outros, do sul com a estrada de Loulé — São Brás de Alportel, e do poente com herdeiros de Anselmo Bruno Pinto;

Número dois — Rústico, constituído por terra de semear e barrocal, com árvores, atravessado pelo ribeiro, com a área de cento e quarenta e cinco mil quinhentos e dez metros quadrados, confrontando do norte com a dita estrada de Loulé — São Brás de Alportel, do nascente com a estrada de Santa Bárbara de Nexe — Gorjões, do sul com José de Sousa, João Lourenço e outros, e do poente com os referidos herdeiros de Anselmo Bruno Pinto;

Número três — Rústico, constituído por terra de semear e barrocal, com árvores, com caminhos e a área de duzentos e quarenta e nove mil novecentos e noventa metros quadrados, confrontando do norte com José Guerreiro, herdeiros de Manuel Inácio Júlia e herdeiros de Anselmo Bruno Pinto, do nascente com caminho, do sul com caminho e herdeiros de Manuel Inácio Júlia e outros, e do poente com a dita Estrada de Santa Bárbara de Nexe — Gorjões;

Que estes prédios se encontram inscritos na respectiva matriz predial sob parte devidamente discriminada do artigo rústico número seis mil seiscentos e sessenta e quatro, da mesma freguesia, pelo que possuem o rendimento colectável, respectivamente,

de doze mil seiscentos e quarenta e dois escudos, dos mil oitocentos e sessenta escudos, e quatro mil novecentos e doze escudos, de que resulta o valor matricial de duzentos e cinquenta e dois mil oitocentos e quarenta escudos, cinquenta e sete mil e duzentos escudos, e noventa e oito mil duzentos e quarenta escudos, no valor global de quatrocentos e oito mil duzentos e oitenta escudos, e a que atribui, respectivamente, o valor venal de trezentos mil escudos, sessenta mil escudos, e cem mil escudos, no valor global de quatrocentos e sessenta mil escudos;

Que a dita inscrição matricial número seis mil seiscentos e sessenta e quatro — anterior, portanto, à sua recente discriminação — está cheia de irregularidades e incorrecções não mencionando senão uma pequena parte dos seus comproprietários — muito embora figure entre eles o nome do ora justificante — nem indicando as quotas ideais ou fracções que os referidos comproprietários na mesma possuíam, por absoluta impossibilidade de o fazer;

Que os prédios supra descritos são a desanexar do descrito sob o número cento e oitenta e três, a folhas duzentas e noventa e quatro, verso, do livro B-um, da Extinta Conservatória do Registo Predial deste concelho, constituído por uma quinta, denominada «Morgado de Apra», sujeita ao regime de arrendamento e colónia, pelo prazo de cem anos, o qual findou há muito, pois a referida descrição predial foi aberta em quatro de Maio de mil oitocentos e sessenta e oito, e o aludido contrato já vinha muito detrás;

Que desta primitiva descrição de que fazem ainda parte três outros prédios, foram sendo desanexados novos prédios devidamente registados na Extinta Conservatória do Registo Predial deste concelho, como é óbvio e se infere dos averbamentos números dois a sete àquela descrição, todos efectuados em datas muito remotas, que se situam entre os anos de mil oitocentos e oitenta e quatro a mil oitocentos e oitenta e nove; — ficando assim a primitiva descrição número cento e oitenta e três, reduzida à parte sobrança, depois de efectuadas estas desanexações e tendo sido precisada a sua composição, natureza e valor, pelos averbamentos números doze e treze, efectuados em datas mais recentes, precisamente em vinte e sete de Dezembro de mil novecentos e quarenta e seis, e vinte de Outubro de mil novecentos e sessenta e dois;

Que eram comproprietários do prédio inicial, descrito na Extinta Conserva-

tória do Registo Predial deste concelho, sob o número cento e oitenta e três — muito embora na sua dimensão resultante das referidas desanexações — Francisco de Mendonça, que foi residente nos subúrbios desta vila de Loulé, Joaquim de Mendonça, que foi residente em Vendas Novas, Manuel Francisco, que foi residente nas Vargens, e António Pinto, que foi residente no sítio dos Agostinhos, que o possuíam em comum e em partes iguais, ou seja em comum e na proporção de um quarto para cada um deles;

2. Que ele justificante é, respectivamente, neto e sobrinho dos aludidos comproprietários Francisco e Joaquim de Mendonça, e que por intermédio de sua mãe, Dorila Mendonça Féria, veio a adquirir parte das quotas que os mesmos possuem no aludido prédio, além de outras por outros títulos; — com efeito,

2.1. — Por óbito do referido Francisco de Mendonça, seu avô, ocorrido no dia um de Dezembro de mil novecentos e dezasseis, foi instaurado e correu seus termos, no Juízo de Direito desta comarca de Loulé, inventário orfanológico, no qual desempenhou o cargo de cabeça de casal, sua mulher, Helena de Jesus, que foi residente no sítio da Horta Nova, subúrbios de Loulé, onde faleceu seu referido marido, tendo adjudicado à filha, então menor — Dorila de Mendonça — mãe dele justificante, metade da fracção de um quarto que o dito inventariado possuía no aludido prédio, descrito sob o citado número cento e oitenta e três, pelo que sua mãe ficou a possuir no mesmo a quota ideal ou fracção de um oitavo; — tendo as partilhas deste inventário sido julgadas por sentença de vinte e sete de Fevereiro de mil novecentos e vinte, que transitou em julgado; — encontrando-se esta fracção devidamente registada na Conservatória do Registo Predial deste concelho, sob o número dez mil seiscentos e vinte e sete, a folhas cento e sessenta e três, do livro F-onze;

2.2. — Por óbito de Joaquim de Mendonça, ocorrido em vinte e oito de Julho de mil novecentos e dezasseis, no estado de viúvo, sem descendentes nem ascendentes vivos, na vila de Vendas Novas, então da comarca de Montemor-o-Novo, foi instaurado e correu seus termos no Juízo de Direito daquela comarca, inventário orfanológico no qual foram indicados como herdeiros, além dos irmãos sobreviventes, por direito de representação do pré-falecido irmão, Francisco de Mendonça, os filhos deste, sobrinhos, portanto, do inventariado, entre os quais figura a aludida

Dorila Mendonça ou Dorila Mendonça Féria, pois então já se encontrava no estado de casada, segundo o regime da comunhão geral de bens, com Agostinho Móra Féria, tendo-lhe sido também adjudicado e ficado a pertencer metade da fracção de um quarto que o inventariado possuía no citado prédio descrito sob o número cento e oitenta e três, pelo que seus aludidos pais ficaram a possuir no referido prédio mais uma quota ideal ou fracção de um oitavo; — tendo as partilhas deste inventário sido julgadas por sentença de vinte e dois de Janeiro de mil novecentos e vinte e um, que transitou em julgado; — encontrando-se esta fracção também devidamente registada na Conservatória do Registo Predial deste concelho, pela inscrição número doze mil novecentos e vinte e seis, a folhas vinte, verso, do livro F-catorze;

2.3. — Por escritura de catorze de Agosto de mil novecentos e quarenta e seis, lavrada a folhas trinta e seis, do livro número duzentos e trinta e três, das notas do notário da comarca de Faro, com sede em São Brás de Alportel, Veríssimo Ribeiro Neto, seu pai, o referido Agostinho Móra Féria, comprou a Joaquim Martins Coelho e mulher, residentes em Évora, a quota ideal ou fracção de um/duzentos e vinte e quatro avos indivisos que os mesmos possuíam no aludido prédio — encontrando-se esta aquisição também devidamente registada na Conservatória do Registo Predial deste concelho, sob o número nove mil trezentos e dezoito a folhas cento e setenta e cinco, verso, do livro G-nove;

3. — Que a fim de formalizar compras já anteriormente efectuadas por seu pai como adiante melhor se explicará, de fracções do aludido «Morgado de Apra»;

3.1. — Por escritura de quinze de Junho de mil novecentos e cinquenta e seis, lavrada a folhas oitenta e nove, do livro número duzentos e oitenta e quatro, de notas para actos e contratos entre vivos, do notário António Esteves de Matos Proença, do Cartório Notarial de São Brás de Alportel, ele justificante, comprou em comum e em partes iguais com Anselmo Bruno Pinto, a José Martins Farrajota, mulher e outros, um/vinte avos indivisos do aludido prédio denominado «Morgado de Apra», pelo que, por virtude desta aquisição, adquiriu a quota ideal ou fracção de um/quarenta avos, daquele referido prédio;

3.2. — Por escritura de seis de Agosto de mil novecentos e cinquenta e seis, lavrada a folhas quatro,

verso, do livro número cento e sessenta, de notas para actos e contratos entre vivos, de valor indeterminado ou superior a mil escudos, excepto partilhas, da antiga secção desta Secretaria, actual Primeiro Cartório, ele justificante comprou também em comum e em partes iguais, com Anselmo Bruno Pinto, quarenta e quatro/quatro mil e oitocentos avos indivisos da mesma propriedade, pelo que, por virtude desta aquisição passou a possuir no aludido prédio, a quota ideal ou fracção de onze/dois mil e quatrocentos avos indivisos;

4. — Que assim, por herança de seus pais e pelas citadas aquisições — muito embora estas se destinassem a formalizar actos anteriormente praticados por seus referidos pais — é dono e legítimo possuidor da quota ideal ou fracção de mil cento e noventa e três/quatro mil e duzentos avos indivisos do prédio descrito sob o citado número cento e oitenta e três, denominado «Morgado de Apra», porquanto ele justificante é o único descendente de seus pais — Agostinho de Móra Féria e mulher, Dorila Mendonça Féria — se encontra devidamente habilitado às referidas heranças por escrituras lavradas, respectivamente, em onze de Janeiro de mil novecentos e cinquenta e cinco, a folhas cinquenta e nove, verso, do livro número duzentos e setenta e seis, e em cinco de Janeiro de mil novecentos e setenta e dois, a folhas setenta e nove, verso, do livro número trezentos e setenta, ambos do Cartório Notarial de São Brás de Alportel;

Que a quota global que possui no aludido prédio não corresponde inteiramente à atribuída no seu conjunto pela avaliação fiscal aos prédios supra descritos, sendo esta aparentemente um pouco maior, pois destina-se a traduzir num terreno, em parte pobre, a quota de mil cento e noventa e três/quatro mil e duzentos avos indivisos que efectivamente possui e traduz uma medida sobre o valor do prédio anterior à discriminação;

5. — Que presentemente não possui a aludida quota ideal ou fracção no prédio anterior, mas sim os prédios supra descritos, porquanto,

5.1. — Em data imprecisa mas que sabe ter sido por volta do fim do ano de mil novecentos e quarenta e seis, seus pais Agostinho de Móra Féria e mulher, Dorila Mendonça Féria, procederam com os demais comproprietários e interessados no citado prédio — os sucessores dos quatro iniciais comproprietários, Francisco e Joaquim de Mendonça, Manuel Francisco, das Vargens, e António

(continua na pág. 7)

Tentativa (falhada) de assalto a uma ourivesaria louletana

(Continuação da pág. 4)

tos, os gatuños que pelos vistos fazem deste nefando mister profissão, tentaram de novo a sua «chance» na ourivesaria da firma Fernando Laginha & Irmão, Lda., mas, desta feita, embora tenham penetrado na secção de reparação de relógios não conseguiram ir mais além, devido às sucessivas portas que separam os diversos compartimentos.

Tal como com a Ourivesaria Fonseca, os ladrões entraram pelas traseiras, serraram a grade de uma janela e arrombaram duas portas. Mas, pelos vistos a duração do «trabalho» de arrombamento logrou os seus intentos, não lhes possibilitando pelo avanço da hora terminá-lo.

O móbil era, já se vê, o conteúdo da secção da ourivesaria na qual uma última porta impediu o acesso.

Estiveram na secção de reparações de relógios, como relatado antes, mas nem sequer tocaram naquilo que aí se encontrava ao alcance de mão.

Foram pois os gatuños ludibriados pelo sistema de segurança que encontraram pela frente, o qual gorou os seus objectivos.

Cabe, entretanto, aqui uma sugestão.

Em virtude desta vaga execrável de ladroagem, torna-se ingente que as casas depositárias de valores, bancos, ourivesarias (e não só), redobrem os seus dispo-

sitivos de segurança contra este tipo de intrusos, de forma a frustrar-lhes as intenções, já que será este o melhor processo de acautelar os próprios patrimónios em jogo e de suprir as limitações das autoridades que se mostram impotentes para pôr cobro ao surto de voracidade e rapinagem dos muitos «amigos do alheio».

Verifica-se pois que o uso das «trancas à porta» não é suficiente para sustentar a argúcia dos meliantes, pelo que será aconselhável a prática de sistemas de alarme e segurança que assinalem com a devida oportunidade a sua acção furtiva.

Foram identificados os assaltantes da ourivesaria Fonseca

(Continuação da pág. 7)

três indivíduos conhecidos por «Toni Grande», Carlos Rui e Júlio, todos da zona de Alcântara — Lisboa.

O produto do roubo foi vendido a um receptor, de nome Zeferino, residente na zona da Ajuda, na casa do qual a polícia apreendeu numerosas jóias, relógios e outros artigos.

No passaporte do receptor estão averbadas constantes deslocações ao estrangeiro, o que faz acreditar que praticava no exterior o ouro que captava aos gatuños.

O ouro roubado em Loulé pesava quatro quilos e meio e dele apenas foi encontrado uma pequena parte.

Os restantes elementos do bando andam a monte.

As investigações a cargo da Polícia Judiciária estão a prosseguir.

Na posse do Serrano foi encontrada uma «agenda» denunciadora na qual se encontravam anotados os assaltos perpetrados pelos gatuños.

e simplesmente a formalizar aquisições feitas verbalmente por seus pais, anteriores a mil novecentos e quarenta e seis, mas que por dificuldade sempre em reunir os interessados perante um Notário competente, não havia sido possível reduzir a escritura pública, em tempo oportuno; e

7. — Que desde a data da citada divisão de facto, portanto há mais de trinta anos, inicialmente seus referidos pais e posteriormente à sua morte, ele justificante, como seu único herdeiro, sempre tem possuído os prédios supra descritos, em nome próprio, sem a menor oposição de quem quer que fosse, posse sempre exercida sem interrupção e ostensivamente, com conhecimento de toda a gente, sendo por isso a sua posse pacífica, contínua e pública, pelo que também os adquiriu por usucapião; não tendo por falta de título de divisão possibilidade de comprovar a aquisição dos prédios supra descritos, como prédios distintos, pelos meios extrajudiciais normais.

Está conforme.
Secretaria Notarial de Loulé, 13 de Maio de 1977.

O 2.º Ajudante,
Fernanda Fontes Santana

JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL

SECRETARIA NOTARIAL
DE LOULÉ

1.º Cartório

Notário: Licenciado Nuno
António da Rosa Pereira
da Silva

Certifico, para efeitos de publicação, que neste Cartório e no livro de notas para escrituras diversas, n.º C-93, de fls. 139, v.º, a 142, v.º, se encontra exarada uma escritura de justificação notarial, outorgada hoje, na qual José Rosa Júnior e mulher, Josefa de Brito Neto, residentes no sítio de Barreiras Brancas, freguesia de S. Clemente, concelho de Loulé, se declararam donos e legítimos possuidores, com exclusão de outrem, do seguinte prédio:

Urbano destinado a habitação, constituído por uma morada de casas de rés-do-chão, com quatro compartimentos, cozinha e casa de banho, e primeiro andar em dois compartimentos e terraço, com a superfície coberta de sessenta metros quadrados, e quintal com cisterna, galinheiro e pocilgo, com a área de duzentos e dezasseis metros quadrados, no sítio de Barreiras Brancas, freguesia de São Clemente, concelho de Loulé, confrontando actualmente, do norte com caminho, do nascente com Augusto Anselmo Pereira, do sul com Manuel Correia, e do poente com Joaquim Mendes, inscrito na respectiva matriz predial, em nome dele justificante varão, sob o artigo número quatro mil duzentos e trinta e cinco, com o rendimento colectável de quinhentos e quarenta escudos, de que resulta o valor matricial de dez mil e oitocentos escudos, e a que atribuem o de vinte mil escudos;

Que este prédio lhes pertence por o terem construído, inteiramente à sua custa, num talhão de terreno para construção urbana, com a área de duzentos e setenta e seis metros quadrados, que ele justificante varão adquiriu pelo prego de catorze mil escudos, em dois de Janeiro de mil novecentos e sessenta e cinco, a José Viegas Rocha Júnior e mulher, Maria de Pilar de Brito Neto, casados segundo o regime da comunhão geral de bens, residentes no aludido sítio de Barreiras Brancas, muito embora o aludido contrato só tivesse sido formalizado em vinte e sete de Outubro de mil novecentos e setenta e um, pela escritura lavrada a folhas cinco, verso, do livro número B-cinquenta e quatro, de notas para escrituras diversas, deste Cartório;

Que o aludido talhão de terreno, onde construíram o prédio urbano supra descrito foi desanexado do artigo rústico número cinco

mil seiscentos e setenta e sete, da freguesia dita de S. Clemente, e do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial deste concelho, sob número catorze mil oitocentos e trinta e nove, a folhas sessenta e nove, verso, do livro Brinta e oito;

Que atendendo a que o prédio descrito na Conservatória do Registo Predial deste concelho sob o citado número catorze mil oitocentos e trinta e nove, se encontra inscrito de transmissão a favor de João de Brito, viúvo, proprietário, que foi residente no sítio da Fonte da Murta, da freguesia e concelho de São Brás de Alportel, e que sobre a referida descrição não incide qualquer outra inscrição de transmissão, domínio ou mera posse, torna-se necessário deduzir — nos termos legais — o tracto sucessivo desde este proprietário inscrito, até aos vendedores, José Viegas Rocha Júnior e mulher; — sendo assim declaram:

Que têm pleno conhecimento de que o referido João de Brito, fez doação do prédio descrito sob o citado número catorze mil oitocentos e trinta e nove, a seu filho, José da Luz e Brito, ao tempo solteiro, consigo convivente, em data imprecisa, mas que sabem ter sido por volta do ano de mil novecentos e quinze, sem qualquer reserva ou encargo e por mero contrato verbal, nunca reduzido a escritura pública;

Que este José da Luz e Brito e mulher, Maria da Conceição Luz, que foram residentes no sítio da Ponte do Mouro, da freguesia e concelho de São Brás de Alportel, venderam, entre outros, o prédio descrito sob o citado número catorze mil oitocentos e trinta e nove a José Guerreiro Neto, casado segundo o regime da comunhão geral de bens, com Maria Vitória, em dezasseis de Abril de mil novecentos e trinta e seis, por escritura lavrada a folhas doze, do livro número

cento e sessenta e um, de notas para actos e contratos entre vivos, do Notário da vila e concelho de São Brás de Alportel, Veríssimo Ribeiro Neto;

Que por sua vez este José Guerreiro Neto, e mulher, Maria Vitória, residentes no sítio de Betunes, freguesia de São Clemente, concelho de Loulé, venderam entre outros, o prédio descrito sob o citado número catorze mil oitocentos e trinta e nove, a José Viegas Rocha Júnior, então solteiro, maior, residente nesta vila, em vinte e nove de Outubro de mil novecentos e trinta e sete, por escritura lavrada a folhas oitenta e nove, verso, do livro número quarenta e dois-A, de notas para actos e contratos entre vivos, com exclusão dos do valor não superior a mil escudos e das partilhas de qualquer valor, do falecido notário que foi desta comarca, Bacharel João Augusto de Melo e Sabo, cujo arquivo transitou para a antiga secção desta Secretaria, actual Primeiro Cartório; e

Que foi este José Viegas Rocha Júnior e mulher, Maria do Pilar de Brito Neto, que, a desanexar da aludida descrição número catorze mil oitocentos e trinta e nove, venderam a ele justificante varão, o terreno para construção urbana — onde construíram o prédio supra descrito — pela citada escritura de vinte e sete de Outubro de mil novecentos e setenta e um, como já atrás se disse mais pormenorizadamente;

Que em face do exposto não têm eles justificantes possibilidade de comprovar o direito de propriedade perfeita do aludido José da Luz e Brito, sobre o prédio descrito sob o citado número catorze mil oitocentos e trinta e nove, pelos meios extrajudiciais normais.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 13 de Maio de 1977.

O 2.º Ajudante,
Fernanda Fontes Santana



**JOSÉ GUERREIRO
NETO & FILHO, LDA.**

SE PRETENDE ENCONTRAR UMA SOLUÇÃO PARA
O SEU PROBLEMA...

— IMPERMEABILIZAÇÕES:
COBERTURAS, PAREDES, FUNDAÇÕES, DEPÓSITOS, etc.

— PAVIMENTOS INDUSTRIAIS E PECUÁRIOS

— ISOLAMENTOS TÉRMICOS:

CAMARAS FRIGORÍFICAS, COBERTURAS, etc.

Uma equipa de pessoal especializado
encontrar-se-á ao seu dispor

Escritório: Rua Padre António Vieira — LOULÉ
TELEFONE 62 283

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

Devido às suas exíguas instalações já não corresponderem ao movimento que tem, está a beneficiar de importantes obras de adaptação o edifício da Caixa Geral dos Depósitos local, que será bastante ampliado.

Provisoriamente estão a funcionar os seus serviços na Avenida José da Costa Mealha.

JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL

(Continuação da pág. 6)

Pinto, dos Agostões — que por serem em grande número não só seria impossível como fastidioso enumerar, a uma divisão de facto, do mesmo, nunca titulada por escritura pública, não só por não ter sido requerida a discriminação do rendimento colectável daquele artigo, mas ainda por ser difícil a comparação num Cartório Notarial de todos os interessados, dado o seu grande número, para se reduzir à competente escritura, o acordo a que haviam chegado no próprio terreno;

Que nessa aludida divisão seus pais receberam em pagamento da quota ideal de mil cento e noventa e três/quatro mil e duzentos avos que possuíam no anterior, os três prédios distintos que foram descritos, no começo desta escritura; — sendo também certo,

6. — Que seus pais, efectivamente, possuíam como já se disse, no prédio primitivo, a quota ideal ou fracção de mil cento e noventa e três/quatro mil duzentos avos, porquanto, as compras por ele justificante feitas e mencionadas nos pontos 3.1. e 3.2. desta escritura se destinaram para

QUOTIDIANOS

A CRÓNICA DE JOSÉ MANUEL MENDES

Pleasure and pain. Sometimes you win, sometimes you lose. (Prazer e sofrimento. Uma vez perdes, outras ganhas). Como estão tristes hoje estas frondas do Largo de S. Francisco. Ainda há sinais de vendavais recentes. Ali na parede do Café Cavaco, por exemplo, pergunta-se «onde está a fortuna da mãe soberana». Como ninguém retirou a questão, pressupõe-se que ninguém respondeu ainda. Que fortuna? Onde estava? De que era constituída? Há fortunas materiais, há fortunas espirituais, há fortunas que não são uma coisa nem outra. As fortunas de vácuo. A fortuna do silêncio. A fortuna de não existir. A fortuna de existir sem magiar como, porquê ou para quê. Não é verdade Manuel? Quantos quilómetros de «bracinha» de palma já te saíram das mãos? Quantas sinfonias de sino já dobraste em concerto de finados por milhares de defuntos? Quantos piropos já lançaste à vida, e entendendo aqui por vida as pernas apetitosas e os bustos provocantes dos borrachos que te espreitam, que parecem devolver-te ao mundo, que assemelham colar-se-te como chamuscas vivas e quentes de existência. Quantos piolhos já contaste, Manuel, quantos, dentro do teu velho chapéu de não sei quê, sem que te sobrasse um segundo para meditações sobre o que te cerca, sobre o que objectivas como futuro e enterras como passado? Quantas côdeas de pão sem sabor de bife já tarrincaaste nos teus dentes rançosos sem teres nos olhos o ódio da miséria e a vergonha de existir como tal e como assim? Como avaliar a fortuna da tua abstenção, da tua presença ausente, do teu silêncio, quando se te impunha o direito de clamores e gritares? Quando todos nós por tudo e por nada nos arrogamos, e invocamos, e inventamos os direitos disto e daquilo, das Declarações e dos Espíritos Universais, das Tosses, do Catarro e do Homem. Quando nós destruímos por inveja, por necessidade, por superfluo, tu Manuel Guerreiro Tereza, consegues estar sem exigir. Ali, encostado às santas paredes clericais de S. Francisco, noto-te o sorriso mais deslavado, os olhos mais fundos, o improviso menos saltitante. Talvez, quem sabe, caminhares para a vitória, depois da derrota de teres vindo. É assim a estreiteza da existência. A morte como recurso. A morte como verdadeira porta de libertação. Como reflexão tendenciosa de pessimismo sobre a vida. Mas sempre esta verdade: Pressure and pain. Sometimes you win, sometimes you lose. Fairport Convention. 1972.

Aos nossos assinantes

APENAS 20\$00 POR MÊS

Todo este prolongado silêncio acerca dos novos preços da assinatura de «A Voz de Loulé» tem sido motivado única e simplesmente por não desejarmos sobrecarregar os nossos assinantes com custos elevados.

Bem desejariamos manter os preços antigos, mas é compreensível que tal seria impossível, considerando a escalada inflacionária de que estamos sendo vítimas.

É evidente que a passagem a semanário implica uma duplicação do custo da assinatura, e por isso, podemos dizer que, na prática, o aumento que propomos por ano é de apenas 40\$00!

É isto porque estávamos publicando 24 jornais por ano e agora passamos para 52!

Portanto, para receber «A Voz de Loulé» basta que cada assinante pague 20\$00 por mês, verba insignificante para os tempos que correm.

A grande diferença nos custos da assinatura são apenas notórias nas remessas para o estrangeiro, visto que cada jornal por via aérea paga agora 6\$50 e para a Europa (por via terrestre) 3\$50.

Faço ao exposto, os novos preços de assinatura de «A Voz de Loulé» passam a ser os seguintes:

6 meses	...	130\$00
12 meses	...	260\$00
6 meses (estrangeiro)	...	230\$00
12 meses (estrangeiro)	...	450\$00
6 meses (estr.) avião	...	320\$00
12 meses (estr.) avião	...	600\$00

NOTA IMPORTANTE — De sa-

lientar que o aumento agora verificado é mais aparente do que real, pois «A Voz de Loulé» passou a publicar-se semanalmente em Outubro de 1976 e nenhum assinante pagou a diferença entre os jornais a que tinha direito e aqueles que, de facto, recebeu.

Quase todas as assinaturas já estavam pagas até final de 1976, e por isso não quisemos levantar problemas com novas cobranças acessórias que, através dos CTT, são agora elevadíssimas.

A razão porque estamos recebendo agora o valor das assinaturas referente apenas a 6 meses é exactamente por recebermos novos e bruscos aumentos de tudo o que se relaciona com a confecção de um jornal.

Por isso vamos pôr os recibos à cobrança mas apenas referente ao 1.º semestre, os quais terão um aumento de 7\$50, que, apesar de elevado, não chega para cobrir as despesas com os CTT.

Não é necessário ser-se profeta para se calcular qual o valor da taxa inflacionária do 2.º semestre do corrente ano...

Subir o preço da assinatura, para tentarmos melhorar o nosso jornal, é a única alternativa possível.

Sempre recusámos subsídios do S. N. I., da U. N. e do Almirante Tenreiro e continuamos a não querer subsídios de ninguém.

Preferimos o apoio dos nossos assinantes e anunciantes. Continuamos contando com esse apoio.

QUEREMOS CONTINUAR

Ao longo de 20 anos foi-nos possível fixar os preços da assinatura de «A Voz de Loulé» com 1 ano de antecedência e só em 1976 tivemos problemas.

Do estrangeiro os nossos assinantes enviaram-nos divisas e, por vezes, a assinatura ficava paga por 4 ou 5 anos. Sem problemas.

Agora, porém, que vivemos num clima altamente inflacionário, é praticamente impossível fixar por antecipação, os custos duma simples assinatura do jornal em relação a um ano.

Mais do que a inflação, a imprensa tem sentido também os altos e baixos duma evasiva política do Ministério da Comunicação Social que nos deixa completamente baralhados.

Basta lembrar que o Ministro responsável anunciou na televisão que o «porte pago» ia continuar e quatro dias depois, um decreto fixa em 6\$50 a taxa por cada exemplar por via aérea! Disse também que a isenção iria prosseguir, mas a lei apontou Abril como data limite do porte pago.

Agora temos estado hesitantes em revelar os novos preços, pois receávamos que, a partir de Maio, cada jornal passasse a pagar \$80 de porte de correio.

Só em 5 de Maio sabemos que «o porte pago» ia continuar... até Julho e tudo isto nos deixa perplexos, pois assim nem se pode fazer contas ao futuro.

Para quando o Palácio da Justiça em Loulé?

Prometido há mais de 20 anos (e portanto poderia ter sido o 3.º em Portugal), continua por construir o Palácio da Justiça de Loulé.

Há anos o Ministério de Justiça destinou 3.000 contos para esse efeito mas não foram aproveitados por falta... de terreno.

Que seja a Câmara a dar o terreno tem sido a única condição posta pelo Governo e mesmo assim o problema continua por resolver. Na tão sonhada Expansão Nordeste também poderia ficar o Palácio da Justiça quase no centro da Vila, mas os problemas arrastam-se por anos e anos e vão ficando por resolver.

Quantas diligências têm sido feitas?

Quantas viagens a Lisboa têm resultado infrutíferas?

E para quando a solução deste problema?

ARTESANATO NAS ESCOLAS ALGARVIAS

A Comissão Regional de Turismo do Algarve formulou um convite extensivo a todos os professores de trabalhos manuais das escolas algarvias, propondo um levantamento da riqueza artesanal da província, de molde a interessar as crianças por esta arte. Estiveram em Faro mais de uma centena de professores que em ligação com a Comissão de Turismo coordenará toda a actividade de pesquisa deste sector.

CONCURSO DE FADO AMADOR EM ALBUFEIRA

No «Hotel Sol e Mar» de Albufeira, com o patrocínio das Organizações Hoteleiras Fernando Barata, realiza-se no próximo dia 27, pelas 21.30 horas um «Concurso de Fado Amador», que congregará a presença de jovens algarvios que gostam de cantar a chamada «canção nacional».

O concurso em questão está merecendo considerável interesse no meio juvenil e estudantil, pelo que fácil é conjecturar assinalável êxito.

O que nos leva a concluir que somos um país estagnado na expectativa dum futuro incerto...

Ao longo de muitos anos fomos solicitados para que «A Voz de Loulé» passasse a semanário. Sabíamos que Loulé amplamente merecia e dispunha, além de mais, de valor suficiente para manter um semanário, até porque o bairrismo sadio da gente da nossa terra ainda não morreu completamente.

Não é tarefa fácil fazer um semanário, mas o facto de pulsar nas nossas veias o sangue louletano de gerações passadas deu-nos ânimo para essa arrojada, na esperança de que assim daríamos o nosso modesto contributo para valorização da nossa terra.

Claro que isso nos tem custado muitos dissabores, incompreensões, inimizades, muito trabalho e até a indiferença dos que deveriam colaborar. Mas «A Voz de Loulé» tem-nos proporcionado ao menos a alegria de sabermos que estamos sendo úteis à nossa terra e que, ao lutarmos contra adversas correntes, estamos defendendo um ideal de solidariedade lusitana, que nada tem a ver com interesses estranhos que nos querem dominar...

E essa a nossa alegria. Será esta a nossa vitória.

Disto são claro testemunho as palavras amigas constantemente dirigidas por muitos dos nossos leitores e as nostálgicas e desassombradas cartas que nos chegam do estrangeiro, onde os portugueses podem respirar o ar puro da liberdade autêntica.

NOVOS JORNAIS NO ALGARVE

Dirigido por Anthur Ligne, um homem habituado às lides jornalísticas em Angola, surgiu no panorama da imprensa algarvia o jornal «ABC», que se intitula «semanário do sul» e que, corajosamente, na nota de apresentação afirma:

«Independentemente do pluralismo que se pretende imprimir ao jornal ABC, desde já devemos afirmar que este jornal é perfeitamente anti-comunista, por se achar que aquela ideologia não assenta numa ideologia genuinamente nacional».

Por isto mesmo, o jornal já teve problemas em Vila Real de Santo António, onde a sua venda foi boicotada.

Que seja mais uma voz firme na defesa intransigente dos interesses da nossa província, são os nossos votos, que coincidam com os desejos de longa vida.

PADERNE TAMBÉM JÁ TEM O SEU JORNAL

Intitula-se «A Avezinha» o jornal agora editado na vizinha aldeia de Paderne e é a 2.ª série de outro que já ali se publicou de 1921 a 1936 e tal como hoje, também dirigido pela sr.ª D. Maria da Conceição Sousa Eloi.

É seu redactor o nosso prezado amigo sr. Aleluia Martins, há muito familiarizado com as lides jornalísticas.

Trata-se de um pequeno jornal, como pequena é a terra que lhe serviu de berço, mas «A Avezinha» revela a capacidade realizadora de um grupo de padernenses capaz de sobrepôr os interesses da sua terra, ao comodismo de nada fazer por ela.

Parabéns a Paderne e parabéns às pessoas a quem Paderne fica devendo a iniciativa de a dotar de um jornal.

Alportel, que também recentemente passou a possuir o seu jornal próprio, e onde são tratados os mais importantes problemas locais.

Regoziamo-nos por podermos escrever isto, dado que esta facilidade de se editarem jornais, é símbolo de uma democracia e duma liberdade que não existiria se um feroz totalitarismo nos tivesse imposto a existência de um único «Pravda», com «fotocópias» espalhadas pelo país...

A liberdade de imprensa que nós queremos é a de os jornais puderem exprimir as suas próprias opiniões e não a da cega obediência a um partido único.

CARREIRAS DIRECTAS em autocarros Pullman entre Algarve-Lisboa

Estão estabelecidas as ligações diárias, com autocarros «Pullman» equipados de climatização, entre o Algarve e Lisboa, as quais permitem ida e regresso no mesmo dia.

A partida de Loulé efectua-se às 6.15 (com ligações directas em 4 Estradas) e a chegada a Lisboa ocorre às 11.45 horas.

Por seu turno a partida de Lisboa dá-se às 18 horas, com a correspondente chegada a Loulé, às 23.30 horas.

Noutro lugar publicamos um anúncio que fornece detalhes mais circunstanciados.

Pensões vitalícias para cidadãos defensores da liberdade e da democracia

Ao abrigo de um decreto-lei do Ministério das Finanças, publicado no «Diário da República», passam a beneficiar duma pensão vitalícia os cidadãos portugueses que se tenham distinguido sobremaneira, por méritos excepcionais, na defesa da liberdade e da democracia.

A atribuição pode visar os herdeiros ou familiares que visam ou tenham vivido exclusivamente a cargo do beneficiário de tal distinção.

Chegou trigo americano

Cerca de 20 000 toneladas de trigo chegaram ao porto de Leixões, vindas de Baltimore (Estados Unidos), segundo a ANOP, cujo informador declarou tratar-se de «uma gota de água no Oceano das necessidades portuguesas».

É dizem as UCPs e os Sindicatos Agrícolas, há um ano, que a produção de trigo era tamanha, que não teríamos necessidade de importá-lo...

FEIRA DE TURISMO NO ALGARVE

No seu projecto de actividades a Comissão Regional de Turismo do Algarve considera importante a realização de uma Feira de Turismo no interior do Algarve, possivelmente na pitoresca freguesia de Alte. A confirmar-se os seus intentos, a feira teria a duração de 4 a 8 meses. Os atractivos basear-se-iam nos seus atributos regionais: artesanato, pratos típicos, exibição de ranchos folclóricos, projecção de filmes turísticos, e produtos locais para venda.

Merece inteiro aplauso nosso a iniciativa da Comissão Regional de Turismo, pelo que esperamos que a sua iniciativa encontre o incentivo desejável da D. G. T..